

Após um ano do início da crise, pobreza permanece

(Pollyana Rocha e Raoni Barbosa)

Já completou um ano do início do período mais crítico da crise econômica mundial. Em diversos países, grandes empresas faliram, profissionais perderam seus empregos e muita gente “enlouqueceu”. No Brasil, onde alguns disseram que a crise seria apenas uma marolinha e outros disseram que nenhum dano seria percebido, é certo que ao menos o combate à pobreza e à desigualdade social sofreu, como foi destacado pela Fundação Getúlio Vargas.

As taxas de pobreza e desigualdade no país permanecem praticamente no mesmo nível em que estavam antes de setembro de 2008. De acordo com os economistas da FGV, houve uma parada súbita na redução da pobreza e da desigualdade social, que vinha ocorrendo a um ritmo forte nos últimos anos, com uma média de 5 milhões de pessoas deixando a pobreza a cada ano.

O Brasil viveu uma época de ouro, entre junho de 2003 e junho de 2008, quando a classe E (os pobres) teve redução de 39,5%. De junho de 2008 a junho deste ano, encolheu apenas 0,4%. A classe C cresceu 25,6% nos cinco anos até junho de 2008, enquanto que nos 12 meses seguintes, o crescimento foi de 1,8%.

Em relação às classes A e B, que representam o topo da pirâmide social, houve crescimento de 34,1% de junho de 2003 a junho de 2008. De junho de 2008 a junho deste ano, foi registrada redução de 2%.

Para a FGV, a “fase de ouro” que o Brasil estava vivendo foi estagnada pelo auge da crise, que completa um ano neste mês de setembro. O economista Sebastião Carlos da Rocha, da Universidade Federal do Piauí, avalia como positivo o resultado exposto pela Fundação Getúlio Vargas. Isso porque, diante da crise que abalou o mundo, os resultados poderiam ser bem mais dramáticos.

Para as famílias que continuam enquadradas na linha social da pobreza, essa justificativa pode não ser aceita facilmente, afinal cinco milhões de pessoas estavam deixando de ser pobres todos os anos. Isso significa que esta quantidade de pessoas estava aumentando seu poder aquisitivo, morando melhor, tendo acesso a lazer e a outros serviços antes inatingíveis. Com a crise, o sonho de muitos foi adiado, não se sabe ainda por quanto tempo.

No entanto, Sebastião Carlos da Rocha defende que foram positivas as ações do Governo Federal para amenizar os efeitos da crise. Segundo ele, as políticas de investimento social nesses cinco anos, de 2003 a 2008, tiveram impacto positivo na redução da pobreza, sobretudo no Nordeste. Para se ter uma ideia, somente em Timon, cerca de 120 mil famílias recebem o benefício do BolsaFamília, o que incentiva geração de renda direta para as próprias famílias, para a cidade, e para o Estado, formando um círculo virtuoso, como retrata o economista. “Em função da crise, houve um resfriamento dessa dinâmica econômica, mas os efeitos foram menos desastrosos no crescimento do Brasil”, conclui.

Desigualdade vai cair em 2010

O ruim poderia ser pior. O combate à desigualdade social e à pobreza ficou estagnado durante este ano de crise, mas segundo especialistas os estragos poderiam ser maiores, como de fato foram em crises anteriores.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV), utilizando-se de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), destacou que em outros períodos de recessão e crise econômica, o Brasil sempre teve piora na distribuição de renda e aumento da pobreza. Políticas anticíclicas, como afirma a Fundação, ajudaram a proteger a base da pirâmide social. Uma dessas políticas foi a ampliação do programa Bolsa Família, que impediu que as pessoas ficassem desempregadas e se convertessem em novos pobres. No início da crise, o critério de acesso ao Bolsa Família aumentou de renda per capita de R\$ 120 para R\$ 137.

Os dados do Ipea indicam até uma pequena redução nas taxas de pobreza e desigualdade, mesmo durante a crise, apesar de em ritmo mais lento que nos anos anteriores.

Segundo o Instituto, na média de outubro de 2008 a junho de 2009 em comparação à média de outubro de 2007 a junho de 2008, a taxa de pobreza caiu 2,8%. Nesse período, 503 mil pessoas saíram da condição de pobreza. No mesmo período de comparação, a desigualdade caiu 0,4%, conforme o Ipea.

Tanto os dados do Ipea quanto os da FGV têm como fonte a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Para avaliar a desigualdade, é utilizado o Índice de Gini (que mede a concentração de renda e varia de 0 a 1, sendo maior a desigualdade quanto mais próximo de 1). A diferença é que a FGV leva em conta no cálculo da desigualdade tanto pessoas com renda positiva (assim como o Ipea) quanto aqueles sem renda.

Apesar das diferenças na metodologia, tanto FGV quanto Ipea defendem que, de maneira geral, a reação do Brasil à crise foi positiva e permitiu um desempenho melhor não somente em relação a crises anteriores, mas também a outros países.

O economista da Ufpi, Sebastião Carlos da Rocha, reforça a avaliação positiva do governo durante a crise, e calcula que a partir de 2010 a queda no nível da desigualdade social e da pobreza será retomada. “A crise demora a projetar seus efeitos, principalmente para quem está longe do seu centro, como nós (Piauí). Em compensação, demora a sentir as soluções também”, avalia.

A retomada no crescimento econômico do país vai depender também, segundo o economista, da ação das prefeituras do país. “Não dá para viver momentos de crise sem cortes. É como uma família que aperta o orçamento quando é necessário”, compara.